



COMUNICADO

Conclusões do Conselho Nacional da FNAM reunido hoje em Coimbra

O Conselho Nacional da FNAM reunido hoje, em Coimbra, para analisar a situação sindical dos médicos e a política de saúde em desenvolvimento pelo Governo, considerou as seguintes questões:

- 1- Estamos perante a mais brutal ofensiva governamental contra os direitos sociais consagrados na Constituição, em particular contra o SNS.

A concepção mercantilista deste Governo a nível das políticas sociais tem chegado a extremos impensáveis.

A pretexto da crise, a política governamental tem como objectivo fundamental destruir todas as políticas sociais e reduzi-las a meros bens de consumo dependentes da capacidade económica de cada cidadãos.

- 2- Como sempre afirmámos, existe uma estreita relação entre as carreiras médicas, e as dos outros profissionais da saúde, e a própria existência do SNS.

Deste modo, não é de estranhar que o Governo se tenha lançado numa reedição da cruzada antimédicos, à semelhança do que tinha acontecido há pouco mais de 20 anos.

A Lei do O.E. para 2012 é um exemplo chocante do que pode ser feito para introduzir aspectos persecutórios a uma classe profissional.

O Governo estabeleceu medidas que não avaliou previamente e que o colocam numa grave posição política perante o país.

A serem aplicadas essas medidas, dentro de cerca de 3 meses as urgências de todo o país não podem funcionar com o mínimo de segurança e grande parte delas nem sequer pode manter-se de portas abertas.



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

- 3- Numa reunião realizada a 28/10/2011, com o Ministro da Saúde e os dois Secretários de Estado, as duas organizações sindicais médicas fizeram uma análise detalhada do que representavam essas medidas e das suas consequências inevitáveis.
Foi-lhes respondido por parte do Ministro da Saúde que existiam medidas orçamentais transversais aos vários sectores e que não eram susceptíveis de alteração.
Durante a discussão na Assembleia da República dessa proposta de lei, o que se verificou é que ainda foram introduzidas alterações mais gravosas que ficaram contempladas no diploma final aprovado e publicado.

- 4- O Governo tomou a grave decisão unilateral de afastar os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho nalgumas matérias, o que constitui uma medida ilegal e inconstitucional, além de violar as disposições relativas à Contratação Colectiva a nível da O.I.T. .

- 5- A 26/12/2011, realizou-se nova reunião com o Ministro da Saúde, com os dois Secretários de Estado da Saúde e com o Secretário de Estado da Administração Pública.
Ficou acordado o desencadeamento de um novo processo negocial, tendo sido recebida, há dois dias apenas, uma convocatória para uma reunião a realizar no dia 19/1/2012, às 15h.

- 6- Perante estes factos, o Conselho Nacional da FNAM aprovou as seguintes medidas:
 - a) Reafirmar a defesa intransigente da Contratação Colectiva e dos princípios da livre negociação, bem como das Carreiras Médicas.
 - b) Reafirmar a defesa intransigente do SNS e do direito constitucional à Saúde.
 - c) Interpor Acções de Impugnação às medidas do Governo que atingem os médicos e os serviços de saúde.
 - d) Interpor uma Providência Cautelar sobre o descanso compensatório para defesa da qualidade do exercício da profissão e da segurança dos cuidados prestados aos cidadãos.



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

- e) Interpor uma Acção no Tribunal do Trabalho sobre os cortes salariais
- f) Manter o já amplo movimento de entrega das declarações de recusa em fazer mais horas extraordinárias do que o limite legal estipula.
- g) Reafirmar a posição de princípio da defesa da plataforma de unidade das duas organizações sindicais médicas com a Ordem dos Médicos.
- h) Programar reuniões sindicais pelos vários locais de trabalho com o objectivo de auscultar as opiniões dos médicos e de preparar os meios para outras formas de luta.
- i) Sublinhar, desde já, que em função da evolução dos acontecimentos a curto prazo poderão ser adoptadas outras formas de luta enérgicas e envolvendo todos os médicos a nível nacional.
- j) Considerar que o Governo é o único responsável pelas graves consequências que vierem a colocar-se a nível do funcionamento dos serviços de saúde.

Coimbra, 14/1/2012

O Conselho Nacional da FNAM